

HABEAS CORPUS Nº 435.577 - SP (2018/0023784-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FERNANDA CORREA DA COSTA BENJAMIM -
SP0265935
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PAULO HENRIQUE DA SILVA

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ROUBO. CONDENAÇÃO. PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO. NULIDADE. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.

Writ não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Paulo Henrique da Silva**, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Tem-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 8 anos de reclusão, em regime semiaberto e, 150 dias-multa, como incurso no art. 157, *caput*, c/c art. 71, por cinco vezes, do Código Penal (fls. 25/29 - Processo n. 0003617-90.2015.8.26.0050).

Requerendo absolvição ante a fragilidade do conjunto probatório e, subsidiariamente, a fixação da pena base aquém do mínimo legal em virtude da confissão espontânea, o afastamento da continuidade delitiva ou aplicação de fração mínima para o crime continuado, a defesa interpôs recurso perante a Corte estadual que, por sua vez, indeferiu a apelação defensiva (fls. 45/52 - Apelação criminal n. 0003617-90.2015.8.26.0050).

Alegando contradição e obscuridade do v. acórdão, a defesa opôs embargos de declaração, que foram rejeitados (fls. 58/62 - Embargos de declaração n. 0003617-90.2015.8.26.0050/50000).

Daí o presente *writ*, em que se alega que a ocorrência de nulidade absoluta, *isso porque o paciente foi condenado por cinco roubos que teriam sido praticado contra o mesmo estabelecimento-vítima (posto de gasolina), quando na denúncia foi descrito apenas um crime, havendo afronta ao princípio da correlação entre imputação e sentença* (fl. 4).

Acrescenta, *após a realização da instrução não houve qualquer aditamento da denúncia por parte da acusação, tendo sido paciente, mesmo assim, condenado pelo roubo descrito na denúncia e por outros cinco em continuidade delitiva, SEM QUE SEQUER SE SAIBA AS DATAS DE CADA UM DELES E SEM QUE TENHAM SIDO OBJETO DE DESCRIÇÃO ESPECÍFICA NA EXORDIAL* (fl. 4).

Nesse ponto, pugna pela declaração de *NULIDADE* do acórdão para determinar que se proceda à nova dosimetria da pena, afastando-se o aumento decorrente da continuidade delitiva (fl. 8).

Subsidiariamente, defende que *não há que se aplicar o parágrafo único, mas sim o caput do artigo 71 do Código Penal* (fl. 8).

Ao final, *aguarda-se a concessão da presente ordem de habeas corpus, a fim de que seja declarado nulo o acórdão para determinar que se proceda à nova dosimetria da pena, afastando o aumento decorrente da continuidade delitiva. No mérito, requer seja diminuída a pena, nos termos propostos* (fl. 9).

Informações prestadas às fls. 72/73; 76/111.

O Ministério Público Federal emitiu parecer pelo não conhecimento do *writ*, concedendo a ordem de ofício, nos termos estabelecidos (fls. 113/117).

É o relatório.

De imediato, convém registrar que a insurgência apresentada pela defesa sequer fora analisada pelo Tribunal de Justiça, apesar da oposição de

embargos declaratórios, razão pela qual sua análise por este Superior Tribunal de Justiça incorreria em indevida supressão de instância.

Ainda que superado o referido óbice, não há falar em violação do princípio da correlação, pois a base fática da denúncia restou fartamente comprovada a partir das provas colhidas na instrução processual, as quais a defesa teve oportunidade de exercer a ampla defesa e o contraditório.

Repiso, não há nulidade a ser reconhecida. Com efeito, a exigência de que o fato imputado ao réu, na peça acusatória, tenha correspondência com aquele reconhecido pelo juiz ao sentenciar (art. 383 do CPP) tem por finalidade precípua a garantia de que não sejam violados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Ante o exposto, **não conheço** do presente *writ*.

Publique-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator